



DADOS DO TRABALHO

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 2181

TÍTULO

Sistema e Portal de Conselhos

ÓRGÃO/ENTIDADE EXECUTOR(A)

Controladoria Geral do Estado

CATEGORIA

Iniciativas Implementadas de Sucesso

TEMÁTICA GERAL

Inovação em Políticas Públicas

ÁREA TEMÁTICA ESPECÍFICA

Relações com a sociedade civil

RESUMO

Buscando desenvolver uma ferramenta de transparência e gestão da informação dos conselhos participativos para que conselheiros, sociedade, gestores e servidores públicos pudessem acompanhar as informações produzidas pelas instituições participativas mineiras de forma centralizada e atualizada, a CGE-MG desenvolveu o Sistema e o Portal dos Conselhos de Minas Gerais. O Sistema é a ferramenta para gestão da informação dos conselhos, na qual são inseridas as principais informações dos conselhos, assim como registradas as pautas e atas das reuniões. O Portal é um site no qual é possível consultar, de forma centralizada e atualizada, as informações alimentadas pelos conselhos de políticas públicas. Implementado em 2019, o projeto foi desenvolvido pelas equipes da Diretoria de Controle Social e



da Diretoria de Tecnologia e Comunicação da CGE-MG. De adesão voluntária, já concentra as informações atualizadas de quase 50% dos conselhos de políticas públicas do Governo Estadual de Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE

Conselhos de Políticas Públicas Controle Social Transparência Pública Gestão da Informação

CANVAS DE ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS INOVADORES

INSUMOS	O QUE? POR QUE?	FATORES IMPORTANTES
RECURSO NECESSÁRIOS	DESAFIO/PROBLEMA	PÚBLICO-ALVO
Baixo quantitativo de servidores envolvidos	Falta padrão na gestão da informação dos conselhos	Sociedade
Recursos próprios da CGE-MG	32% dos conselhos com sites próprios, e informações desatua	Conselheiros de políticas públicas
Cogestão junto aos conselhos	Maior transparência das pautas e atas de reunião	Agentes públicos
	Apoio às atividades das Secretarias Executivas	
	Melhores relações entre controle social e controle interno	
PARCERIAS	IDEIA/INICIATIVA	RISCOS E INCERTEZAS
Conselhos participativos como parceiros	Ferramenta centralizada de transparência	Riscos de descontinuação da ação
Possibilidade de envolver sociedade civil organizada	Sistema único para gestão da informação	Riscos de desatualização das informações
Ação junto aos entes federativos	Canal de comunicação dos conselhos com sociedade	Riscos operacionais
Recursos de Governo Aberto	Fácil replicação em outros entes federativos	
	Possibilidade de novas ferramentas e aplicações	
ANÁLISE FINANCEIRA	VALOR GERADO	ESTRATÉGIA DE APRIMORAMENTO E MULTIPLICAÇÃO
Aproximadamente 4h de atividades de manutenção por semana	Expertise em desenvolvimento de sistemas na equipe envolvida	Divulgação pelos próprios usuários
Custo Mensal Médio baixo para manutenção	Aproximação dos conselhos com a sociedade	Benefícios gerados estimula adesão voluntária
Desenvolvimento com equipe própria da CGE-MG	Economia orçamentária	CGE-MG com plano de comunicação
Recursos próprios	Possível replicabilidade do sistema em outros entes federati	Envolvimento de novas parcerias e comunidade da área de TI
Possibilidade de parcerias	Transparência pública no controle social	

DETALHAMENTO DA IDEIA/INICIATIVA

O QUE? POR QUE?

DESAFIO/PROBLEMA

O Governo de Minas Gerais possui, em sua estrutura, mais de cinquenta conselhos de políticas públicas, percebidos pela sociedade como instrumentos importantes para a realização do controle social e de participação cidadã. Com diferentes composições, regimentos e formas de divulgar, realizar e registrar suas reuniões, as informações produzidas por essas instituições, por muito tempo, ficavam dependentes exclusivamente da própria estrutura do conselho para serem disponibilizadas à toda a população.



Enquanto alguns conselhos são mais estruturados, outros enfrentam dificuldades operacionais internas, com poucos recursos humanos, orçamentários e/ou tecnológicos para o cumprimento de suas funções normativas. Tanto é que, antes do desenvolvimento do Portal dos Conselhos, apenas 17 conselhos (32% do total) possuíam canais eletrônicos próprios para divulgarem suas ações. E, mesmo assim, poucos eram aqueles que estavam com suas informações atualizadas e disponibilizadas de forma estruturada.

Percebendo a dificuldade de se ter acesso às informações de alta relevância pública produzidas pelos conselhos de políticas públicas e tendo o fortalecimento da democracia participativa como competência, a Diretoria de Controle Social da Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais implementou o Portal de Conselhos buscando enfrentar o seguinte desafio: como podemos desenvolver uma ferramenta de transparência ativa e gestão da informação dos conselhos de políticas públicas para que os próprio conselheiros, sociedade civil, gestores e servidores públicos pudessem acompanhar as informações produzidas por todas as instituições participativas mineiras de forma centralizada e atualizada

IDEIA/INICIATIVA

O Portal de Conselhos surgiu com o objetivo de ser uma ferramenta de transparência ativa capaz de assegurar uniformidade ou um padrão mínimo das informações produzidas pelas instituições participativas, oferecendo um local único para que as informações de todos os conselhos de políticas públicas estejam reunidas e sejam disponibilizadas a toda a população.

Além disso, como atrelado ao projeto do Portal de Conselhos está o desenvolvimento de um sistema de gestão da informação desenvolvido pela equipe da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação da CGE-MG, o desenvolvimento do portal também objetivou diminuir os custos transacionais dos conselhos interessados em divulgar suas informações para um público mais amplo, uma vez que oferece para as instituições participativas um sistema em que é possível inserir todos os atos normativos produzidos, atualizar o nome dos membros, divulgar as pautas e registrar as atas de suas reuniões.

Hoje, portanto, uma pessoa que esteja interessada em acompanhar as notícias e as informações produzidas pelos conselhos de políticas públicas do Governo de Minas Gerais pode encontrar, em um único espaço, uma relação com os dados de todos os conselheiros participativos, as informações de contato dos conselhos, as pautas e as atas de suas reuniões. Por outro lado, os conselheiros possuem uma ferramenta bastante útil para inserir, registrar e acompanhar as informações de seus conselhos.

ESTUDOS PRELIMINARES

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa de boas práticas em relação à transparência ativa de dados dos conselhos participativos e também foram escutados servidores que compõem as Secretarias Executiva dos conselhos. Atualmente, para realizar melhorias relacionadas com a experiência do usuário, a CGE-MG desenvolveu diferentes personas e está elaborando uma lista de aprimoramentos com o objetivo de aumentar a adesão ao Sistema. Em parceria com a UFLA, uma pesquisa acadêmica sobre a usabilidade e a acessibilidade do Sistema e do Portal está sendo realizada junto a trinta usuários com diferentes tipos de perfis (pessoas com deficiência, pessoas idosas, pessoas com baixo grau de letramento, por exemplo). Os resultados, além de contribuir diretamente para futuras melhorias da acessibilidade do Portal de Conselhos, servirão de referências técnicas e regras de uso para o desenvolvimento de outras iniciativas tecnológicas.



GRAU DE NOVIDADE

A reunião de dados referentes aos conselhos de políticas públicas em um único local, de fácil acesso pelo cidadão, apresenta alto grau de novidade em relação a iniciativas surgidas no passado. O impacto dessa novidade pode ser sentido, sobretudo, pelo acolhimento e divulgação de uma série de informações que extrapolam os dados mais básicos encontrados no portal mg.gov.br. Além disso, ele provoca alterações substanciais na forma com que a sociedade se relaciona com os gestores públicos e com seus representantes nos conselhos, uma vez que o cidadão passa a ter acesso à composição de cada instituição participativa.

VALOR GERADO

Internamente, como o sistema e o portal foram inteiramente desenvolvidos pelas equipes da Diretoria de Controle Social e da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação da CGE-MG, a iniciativa gerou uma expertise que, hoje, apoia outros projetos tecnológicos internamente. Como o código fonte do sistema e do portal podem ser disponibilizados a outros governos, a iniciativa tem a replicabilidade como uma de suas grandes vantagens, melhorando as relações intergovernamentais (como exemplo, a Prefeitura Municipal de Sete Lagoas já está em fase adiantada para a celebração de uma parceria com o Governo de Minas Gerais para a utilização deste código-fonte para o desenvolvimento de um portal próprio). Para a sociedade, a centralização das informações dos conselhos de políticas públicas gera benefícios diretos e indiretos, pois torna a população mais próxima dos conselhos de políticas públicas. Para os conselheiros, a disponibilização de um sistema de fácil manuseio para a gestão da informação, agiliza os processos internos de cada conselho.

RESULTADOS MENSURADOS

O primeiro resultado mensurado foi a economia gerada no desenvolvimento de um sistema e de um portal que pode ser utilizado por todos os conselhos de políticas públicas (ou outros órgãos colegiados) pela equipe de informática da CGE-MG. Com um tempo de desenvolvimento de 570 horas para o sistema e de 130 horas para o portal, uma iniciativa como essa teria um custo estimado entre R\$ 85.000,00 a R\$ 350.000,00 caso fosse desenvolvido externamente. Desenvolver internamente este sistema gerou uma economia de, no mínimo, R\$ 50.000,00 para a CGE-MG. Sabendo que ao menos quinze órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais possuem conselhos de políticas públicas em suas estruturas administrativas, o sistema possibilita uma economia no orçamento de todos esses órgãos, já que passa a ser desnecessário a manutenção de páginas específicas para cada um de seus conselhos. O segundo resultado mensurável é a adesão ao sistema e o uso do Portal pela sociedade. Mesmo sendo um instrumento de adesão voluntária, o Sistema, com menos de um ano de existência, já conta com a adesão de 25 conselhos de políticas públicas (ou seja, 48% do total de conselhos existentes no Governo do Estado de Minas Gerais). Em relação às visitas recebidas, o Portal registrou o acesso de 1,4 mil usuários nos últimos 90 dias, que consultaram, juntos, 1,8 mil sessões. Um terceiro resultado é a melhoria dos processos de acompanhamento dos atos produzidos pelos conselhos de políticas públicas pelos gestores. O fomento da cultura da transparência, a melhoria dos processos de gestão da informação e a aproximação do controle interno ao controle social são benefícios diretos já alcançados pela iniciativa.



FATORES IMPORTANTES

PÚBLICO ALVO

Os principais públicos da iniciativa são os cidadãos e cidadãs com interesses em acompanhar as ações dos conselhos de políticas públicas, de um lado, e os próprios conselheiros de políticas públicas, de outro. São ainda públicos focados pela iniciativa: pesquisadores acadêmicos, jornalistas, agentes públicos, organizações da sociedade civil e grupos de interesse.

RISCOS E INCERTEZAS

Com adesão voluntária pelos conselhos, a iniciativa depende das Secretarias Executivas e dos conselheiros de políticas públicas para que os dados inseridos no sistema estejam sempre atualizados. Também há alguns riscos relacionados à falta de compreensão do objetivo da iniciativa, já que alguns conselheiros e representantes do Poder Legislativo, na época de lançamento do Portal, questionaram o fato de que a ferramenta de transparência ativa poderia expor informações sensíveis produzidas nas reuniões dos conselhos. Também há riscos operacionais provocados pela escassez de recursos humanos e orçamentários na CGE-MG, que pode impossibilitar futuras melhorias na iniciativa. Há também o risco da iniciativa ser descontinuada com o tempo, apesar dos benefícios já registrados.

ESTRATÉGIA DE APRIMORAMENTO E MULTIPLICAÇÃO

Como a iniciativa é uma ferramenta catalisadora da participação social e é um importante espaço para centralizar as informações produzidas pelo controle social, o Portal de Conselhos tem alto poder multiplicador. Como o Sistema cria uma rotina de atualização que gera benefícios aos conselheiros, a adesão dos conselhos vêm sendo realizada sem grandes esforços.

A CGE-MG também conta com o trabalho dos Controladores Setoriais e Seccionais para atuarem como disseminadores da iniciativa, sendo que as demandas relacionadas com o Sistema ou Portal do Conselho foram incluídas em alguns Planos de Atividades de Controle Interno no ano de 2020.

Atualmente, para aumentar o acesso ao portal, a CGE-MG vem divulgando notícias e cursos que podem interessar a sociedade, os conselheiros e os gestores. O recente desenvolvimento de personas com as características de alguns perfis de usuários será uma das principais estratégias para aumentar o engajamento do público usuário do site. É possível aprimorar o sistema e o portal e, nele, realizar as eleições dos conselhos, votações, enquetes, agenda. Com código-fonte aberto, podem ser feitos meet-ups e hackatons, envolvendo programadores e comunidade acadêmica na melhoria do sistema e do portal.

Por fim, acreditando que a iniciativa tem o potencial de ser o grande portal de todos os conselhos participativos do estado de Minas Gerais, envolvendo inclusive os conselhos municipais, a CGE-MG tem a intenção de realizar convênios com outros entes federativos e realizar parcerias com outros órgãos da Administração Pública, tais como o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.



INSUMOS

RECURSOS NECESSÁRIOS

RECURSOS HUMANOS

As manutenções (corretivas e/ou evolutivas) no Sistema e Portal dos Conselhos são realizadas pela equipe da Diretoria de Informática e Tecnologia da CGE-MG, mediante sugestões encaminhadas pela Diretoria de Controle Social. Como são aprimoramentos pontuais, quando necessário, é deslocada a força de trabalho de um servidor para o projeto. A gestão das notícias e dos usuários é realizada pela equipe da Diretoria de Controle Social da CGE-MG, sendo que, atualmente, essa gestão é feita por um servidor, de forma não exclusiva. A alimentação das informações de cada Conselho de Políticas Públicas é realizada prioritariamente por servidoras ou servidores que atuam nas Secretarias Executivas ou Unidades de Apoio Técnico ao conselho, previamente cadastrados no Sistema.

INFRA-ESTRUTURA

Toda a gestão do sistema e do portal é feita por meio da infra-estrutura interna já preexistente na CGE-MG. O sistema foi desenvolvido em PHP, uma linguagem de script open source e especialmente adequada para o desenvolvimento web e para armazenar todas as informações necessárias utilizamos o SGBD MySQL. Visando melhorar a performance no desenvolvimento utilizamos também o framework Yii.

ANÁLISE FINANCEIRA

CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO/MANUTENÇÃO

Para o desenvolvimento do sistema e do portal de conselhos foi utilizada a mão de obra de um funcionário da MGS. O único custo da iniciativa diz respeito ao custo da hora de trabalho deste funcionário, ou seja, o sistema e o portal tiveram um custo de implementação em torno de R\$ 15.000,00. A manutenção é feita de forma pontual e envolve um custo mensal médio de R\$ 1.100,00.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Os custos de implementação e manutenção são recursos do orçamento próprio da CGE-MG. Para futuros aprimoramentos e aumento da escalabilidade da iniciativa, serão buscadas parcerias com outras organizações.



RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Os custos de implementação e manutenção são recursos do orçamento próprio da CGE-MG. Para futuros aprimoramentos e aumento da escalabilidade da iniciativa, serão buscadas parcerias com outras organizações.

PARCERIAS

As principais parcerias estabelecidas para o sucesso da iniciativa são as parcerias realizadas com cada conselho de política pública, já que os dados de cada conselho são inseridos pelos próprios conselheiros ou pelas suas secretarias executivas. Nesse sentido, os próprios conselhos vêm procurando a CGE-MG, desde o lançamento do Sistema e do Portal, para aderirem à iniciativa. Para melhorias e futuras manutenções do sistema e do portal, a CGE-MG busca parceiros externos de forma contínua. Já foi realizada uma parceria com o Departamento de Ciências da Computação da Universidade Federal de Lavras, para estudo da acessibilidade e usabilidade do Portal. Recentemente, a Prefeitura Municipal de Sete Lagoas e o Observatório Social do Brasil realizaram uma reunião com a Diretoria de Controle Social para disponibilização do código fonte do sistema para ser utilizado em outros entes federativos. Dentro do projeto de aprimoramento e do aumento da escalabilidade da iniciativa, serão buscadas novas parcerias com outros órgãos da Administração Pública brasileira e com outras organizações da sociedade civil. Para além disso, a disponibilização do código-fonte em plataformas com o GitHub poderá trazer benefícios diretos para o sistema a partir da participação voluntária de desenvolvedores de sistemas.

ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO

A implantação do sistema se deu por sequenciamento de ações divididas em três etapas, estando a última em execução no atual momento: (a) formulação da ideia e consolidação das regras de uso; (b) desenvolvimento da iniciativa e testes internos; (c) lançamento da iniciativa, divulgação e manutenção. A primeira etapa contou com a participação direta dos servidores da Diretoria de Controle Social e com o envolvimento de conselheiros e servidores públicos atuantes nas Secretarias Executivas de seus conselhos. A segunda etapa teve envolvimento da equipe da Diretoria de Informática e Tecnologia da CGE-MG. A terceira etapa contou com o envolvimento da Alta Administração da CGE-MG, contando com um evento voltado para toda a sociedade para divulgação do Sistema e do Portal, reforçada cotidianamente pela equipe da Diretoria de Controle Social da CGE-MG, que alimenta o portal com notícias, promove capacitações, cadastra usuários e oferece orientações técnicas aos conselheiros participativos.

CRONOGRAMA

DESCRIÇÃO	INICIO	TÉRMINO	STATUS	ENTREGA
Formulação da ideia e consolidação das regras de uso	01/02/2019	01/04/2019	Concluído	Documento com regras de uso encaminhado para DTIC-CGE
Desenvolvimento da iniciativa e testes internos	01/04/2019	01/09/2019	Concluído	Sistema testado com aprimoramentos solicitados
Lançamento da iniciativa, divulgação e manutenção	01/10/2019	31/12/2021	Em andamento	Uso contínuo do portal por todos os conselhos